

LIMITES E POTÊNCIAS DA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS

Priscila Marques Mateus da Silva¹

Joice Carvalho Coutinho²

¹Estudante do curso de Pós-graduação em Alfabetização das Crianças das Classes Populares da Universidade Federal Fluminense. E-mail: primarkes@yahoo.com.br

²Especialista em Educação Infantil (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), estudante do curso de Pós-graduação em Alfabetização das Crianças das Classes Populares da Universidade Federal Fluminense. E-mail: joiceccoutinho@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo discutir os limites e potências da escola a partir de relatos de experiências e das reflexões de Paulo Freire, que afirma “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Busca-se, através da narrativa de experiências vividas pelas autoras, no contexto de turmas de alfabetização em municípios de realidades distintas, sendo eles, a cidade do Rio de Janeiro na capital e o município de Araruama na região dos lagos do Rio de Janeiro, nas quais casos de sucesso e de fracasso caminham lado a lado, nos mostrando o quanto somos inacabados e que por mais que façamos educação buscando dar o nosso melhor, ainda assim, não conseguimos dar conta de todos e nos deparamos com o fracasso; o nosso fracasso. Em contrapartida, tem também o sucesso, que nos dá um novo folego para continuar na caminhada. A partir dessas histórias, buscamos refletir acerca das relações entre o fracasso escolar e as questões de linguagem, uma vez que a escola baseia-se no padrão linguístico utilizado pelas classes favorecidas e estigmatiza a linguagem trazida pelos alunos das classes populares, e também questões que envolvem os modos de avaliação aos quais alunos e professores são submetidos. O quanto é difícil introduzir uma proposta avaliativa que vai contra a lógica dos exames, da mensuração da aprendizagem e o foco no olhar diferenciado sobre o erro.

Utilizaremos como base teórica os estudos de Paulo Freire e Regina Leite Garcia.

Metodologia

Entendendo a importância de sermos professoras-pesquisadoras de nossa práxis, utilizaremos

a pesquisa com o cotidiano como metodologia, pois à medida que rememoramos nossas experiências vivenciadas no cotidiano escolar, investigamos, refletimos, ressignificamos e não fazemos isso solitários, mas com os sujeitos participantes dessa história e com tantos outros que poderão ler e junto conosco pensar e repensar sobre os caminhos da escola.

Discussão

Partindo da concepção da fala e escrita como conjunto de práticas sociais, rompemos com a ideia de um predomínio da escrita sobre a fala. Mesmo porque a escrita é uma representação da língua e não da fala como se apregoa por aí.

Sabemos que a criança interage com a sociedade em que vive e que a linguagem escrita está por toda parte. Desse modo, por que não utilizar recursos do dia-a-dia dos alunos? Por que distanciar completamente a escrita da realidade?

Muito antes de chegar à escola as crianças já se apropriam de inúmeros conhecimentos, já são capazes de ver e distinguir as formas do mundo, sentir cheiros e sabores, ouvir os sons do mundo, as palavras e seus sentidos. Trazem consigo inclusive, a compreensão da lógica da nossa sociedade e suas relações de poder. Porém, quando chegam à escola esses saberes são ignorados. O espaço escolar ao invés de ser um ambiente facilitador da aprendizagem, cumpre com louvor a função oposta. Goodman afirma que a linguagem é fácil de aprender fora da escola e tornada difícil quando ensinada dentro da escola.

Nesse sentido, Paulo Freire salienta que “alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade” (FREIRE,1989). Diante do exposto, é urgente romper com as práticas atuais nas quais a leitura da palavra está acima de tudo. Como pode a criança aprender aquilo que não a interessa? Conteúdos tão distantes da realidade. Falta empatia e sensibilidade à escola. Falta a escuta e o olhar. Falta acreditar mais no potencial dos educandos.

Infelizmente é comum que a escola queira punir o aluno por não aprender, no lugar de buscar meios para que todos aprendam. Nessa perspectiva, nos vem a memória a fala da professora Edwiges Zaccur em uma de suas aulas em que nos esclarece que a lógica da escola em nada contribui para que a lista dos excluídos seja reduzida. A ideia de que ensinar resume-se a mera transmissão de conteúdos e não permite desvios ainda reverbera no ambiente escolar. Desse modo, as vivências dos alunos, sobretudo das classes

populares, são desprezadas pela escola, que ao deixá-los passar, perde momentos enriquecedores, perde sua potência e sua ação emancipadora e transformadora.

Educação é um direito de todos. Direito este que vem sendo negado para maioria da população. Ora, se todos tiverem acesso ao conhecimento, sendo capazes de ler, escrever, interpretar, se expressar e refletir, fazendo uso consciente da linguagem escrita, quem vai atuar na manutenção da desigualdade?

Ainda como ressalta Freire, “educar é um ato político” e requer um posicionamento firme, principalmente se desejamos lutar contra o modelo de sociedade posto. Que a ação alfabetizadora haja a favor da emancipação da classe trabalhadora. Que a aquisição da escrita seja um instrumento de luta. Somente através do confronto entre a ideologia capitalista que nos é imposta por quem está no poder e a dura realidade dos educandos é que se tornam claras as injustiças a que são submetidos e a impossibilidade de uma educação neutra. A tomada de consciência é essencial para que a comunidade escolar tome para si essa luta. “Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político.” (FREIRE, 1982, p. 26).

Regina Leite Garcia nos provoca em sua obra e nos questiona:

“a quem interessa manter mais de 30 milhões de analfabetos neste país? A quem interessa que do interior da escola saiam analfabetos e semianalfabetos, que além de incapazes de se comunicar por meio da linguagem escrita, se sentem incapazes globalmente, ou seja, incapazes de gerir as suas próprias vidas e, por decorrência, incapazes de decidir como será gerido o país em que vivem, trabalham e contribuem para a riqueza?” (GARCIA, 1989, p.4)

Todo cidadão deve ter o direito de ser alfabetizado, se não é, isso denuncia o projeto político pretendido para o país. Como destaca Darcy Ribeiro “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Um projeto contra as minorias, contra o povo, um projeto a favor da elite, um exercício a favor da manutenção da sociedade capitalista, excludente e desigual. Nós educadores, fazemos a todo momento nossas escolhas e essas são escolhas políticas, escolhemos trabalhar a serviço da manutenção das desigualdades sociais e dos saberes burgueses ou escolhemos trabalhar a cultura popular, os saberes dos nossos alunos, da realidade deles? A Escola nesse contexto de uma sociedade capitalista, desigual e excludente e elitista fica a serviço da manutenção do que está posto.

Conclusão

Acreditamos ser de suma importância que as infâncias sejam vistas com um olhar disposto e sensível, que as crianças sejam percebidas como produtoras de cultura, como seres ativos no processo educativo. Nossas crianças têm muito a dizer, a ensinar, há uma atmosfera tão rica nas escolas que muitas vezes perde completamente o espaço para um currículo que não as contempla, quando se está mais preocupado com a produção do que com as experiências. Larrosa afirma que a informação não é experiência, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência. Certamente, em um ambiente onde as crianças se sentem seguras, felizes, cuidadas, onde elas percebem que são importantes e queridas, onde são ouvidas e percebidas, haverá um ambiente propício para o desenvolvimento, seja ele do ponto de vista afetivo, cognitivo, linguístico e psicomotor. Neste ambiente o erro não é relacionado ao fracasso e sim a uma condição de quem aprende, como propõe Esteban.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BORBA, Angela Meyer. As Culturas da Infância no Contexto da Educação Infantil. In VASCONCELLOS, Tânia (orgs.). Reflexões sobre Infância e Cultura. Niterói: EdUFF, 2008.

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii, 2013.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 23^o ed São Paulo: Autores Associados, 1989.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Regina Leite (Org.). Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Alfabetização responsabilidade de todos. Revista Andes. dezembro/1989.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, 2002.